



Prefeitura de Belém x Camelôs na Avenida Presidente Vargas: Análise do Discurso sobre as coberturas dos jornais O Liberal e Diário do Pará¹

Alexandre Sócrates Araujo de Almeida LINS²
Faculdades Integradas Ipiranga, Belém, PA

RESUMO

Este estudo tem por objetivo realizar uma Análise do Discurso da cobertura jornalística dos jornais O Liberal e Diário do Pará sobre a retirada dos trabalhadores informais das calçadas da Avenida Presidente Vargas, em janeiro de 2008, na cidade de Belém (PA). Para que o objetivo seja cumprido, os pesquisadores analisarão os sentidos e mapearão as vozes presentes nas notícias e reportagens sobre o tema, de novembro de 2007 a janeiro de 2008.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; análise do discurso; ideologia; trabalho informal.

AMBULANTES, PREFEITURA E MÍDIA: DIFERENTES DISCURSOS SOBRE O TRABALHO INFORMAL

No dia 28 de janeiro de 2008, Belém viveu um clima de guerra no centro comercial. Ainda na madrugada daquela data, teve início um confronto de camelôs contra a Guarda Municipal e fiscais da Secretaria de Economia da Prefeitura da cidade. A avenida Presidente Vargas tornou-se palco de muita violência com direito a bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, pedradas e balas de borracha. Vários ambulantes foram presos e tiveram suas barracas retiradas das calçadas.

A situação descrita acima foi o desfecho de um confronto entre camelôs e Prefeitura Municipal de Belém que começou em novembro de 2007. Naquele mês, a PMB recebeu um despacho do desembargador federal Antônio Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ele determinava a desocupação da avenida Presidente Vargas em ação movida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Pará.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 1 a 3 de junho de 2011.

² Coordenador do projeto de pesquisa. Professor do Curso de Jornalismo das Faculdades Integradas Ipiranga, Belém, PA, email: asaalins@yahoo.com.br.



Desde a decisão judicial, a sociedade local, a partir da mídia, passou a acompanhar e discutir a situação dos trabalhadores informais em uma das ruas mais movimentadas da capital paraense. Tentativas de acordo entre camelôs e PMB não foram bem sucedidas, pois a administração municipal não havia concluído os espaços para abrigar os ambulantes. Nesse intervalo de tempo surgiram novos atores em cena, como os lojistas do centro comercial, vereadores de Belém e a Polícia Federal. O impasse ganhou contornos mais dramáticos devido a pressão do desembargador federal Souza Prudente, que exigia o cumprimento da ordem de desocupação. Por fim, o uso da força acabou sendo a saída encontrada, deixando a população dividida e assustada.

Nesse sentido, a inquietação fundamental desta pesquisa é discutir até onde vai a objetividade jornalística quando a imprensa retrata um tema polêmico envolvendo importantes interesses econômicos e políticos. Vale registrar que este é o primeiro artigo do projeto de pesquisa “Prefeitura de Belém x Camelôs na Avenida Presidente Vargas: Análise do Discurso sobre as coberturas dos jornais O Liberal e Diário do Pará”. O estudo foi aprovado em novembro do ano passado, no edital Nº 1/2010, do Núcleo de Pesquisa das Faculdades Integradas Ipiranga, sediada em Belém, Pará. A investigação ainda está em sua fase inicial, com previsão de conclusão em outubro de 2012.

A hipótese deste projeto é que o texto jornalístico é atravessado por discursos, mas também é um produtor de discurso, sendo, portanto, histórico e cultural. Assim, a cobertura da desocupação da Presidente Vargas em Belém refletirá as tensões na sociedade local e a orientação política do jornalista e da empresa em que trabalha. Não é possível, portanto, relatar um tema polêmico sem construir uma nova realidade – a da notícia – fato que demonstra a natureza ideológica da atividade jornalística. O discurso é, portanto, orientado e possui sempre uma intencionalidade (MAINGUENEAU, 2001, p.53).

O objetivo é analisar os sentidos e mapear as vozes da cobertura jornalística feita por O Liberal e Diário do Pará da desobstrução da avenida Presidente Vargas em Belém, no período de novembro de 2007 a janeiro de 2008.



MÍDIA, POLIFONIA E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

A relevância desse estudo se dá, na medida em que se compreende a mídia como um espaço de discurso polifônico, ou seja, por onde passam diversas vozes do cenário político/econômico/jurídico local. Nesse sentido, é importante perceber o texto jornalístico como uma construção de sentido que interfere ativamente na realidade social.

Para se ter uma idéia da abrangência do tema – o trabalho informal em Belém - indicadores da pesquisa 'Desenho socioeconômico da população de ambulantes que praticam o comércio informal no Centro Histórico de Belém', realizada em 2007 pela Secretaria Municipal de Economia (Secon) em parceria com a Universidade da Amazônia (Unama), revelam que o número de camelôs quadruplicou em 10 anos. Em 2006 existiam mais de oito mil trabalhadores permissionários autorizados pelo poder público. Ocorre que em 1997, a Secon contabilizava apenas 1884 ambulantes, licenciados e não licenciados, no centro comercial.

Trata-se, portanto, de um tema de extrema relevância para a sociedade local e que merece ser estudado. Entretanto, para que possamos nos aproximar melhor do caso, definimos como objeto de nossa investigação o subtema “desocupação da avenida Presidente Vargas”. Isso nos facilitará a compreensão do problema, pois podemos definir nosso corpus de pesquisa – notícias que tratem da desocupação da avenida Presidente Vargas veiculadas em O Liberal e no Diário do Pará entre os dias 08/11/2007 (dia seguinte ao recebimento do despacho pela prefeitura) e 29/01/2008 (um dia depois da desocupação da avenida).

Pensamos que o método mais adequado para tratar o corpus é a Análise de Discurso, pois queremos problematizar questões que extrapolam o texto, a partir do contexto. Busca-se, assim, entender a origem da formação desses discursos veiculados pelas notícias e identificar a fala de cada um dos atores, bem como as seleções operadas pelo jornalista. Compreende-se aqui que o jornalismo é, ao mesmo tempo, atravessado por discursos e produtor de discursos.



ANÁLISE DO DISCURSO: MAPEANDO VOZES E SENTIDOS NO TEXTO JORNALÍSTICO

Para analisar o material utilizaremos o método da Análise de Discurso, notadamente em sua vertente francesa. Segundo Manhães (2009), a AD francesa “caracteriza-se pela ênfase no assujeitamento do emissor, que se expressaria mediante a incorporação de discursos sociais já instituídos: o religioso, o científico, o filosófico, o mitológico, o poético, ou o jornalístico, o publicitário, o corporativo, etc.” O texto jornalístico, assim, é apenas um ponto de partida para a análise. Como nos diz Marcia Benetti (2008), trata-se da “parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia *em outro lugar*: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário” (BENETTI, 2008, p. 111).

A autora define o jornalismo como um lugar de circulação e produção de sentido. “De forma sucinta, o jornalismo é um discurso: a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares” (BENETTI, 2008, p.107).

O que se pretende, portanto, é mostrar a natureza ideológica do discurso. Este é construído de maneira intersubjetiva, preso a um momento histórico e subordinado a enquadramentos sociais e culturais. Parte-se da noção construcionista de jornalismo, ou seja, de que toda representação é uma construção subjetiva da realidade.

Benetti (2008) explica que a AD pode analisar os sentidos dos discursos jornalísticos ao identificar duas camadas: “a primeira, mais visível, é a camada discursiva; a segunda, só evidente quando aplicamos o método, é a camada ideológica” (BENETTI, 2008, p. 111).

A tarefa da pesquisa, assim, será analisar a abordagem que o Liberal e Diário fazem do confronto Prefeitura de Belém x camelôs da avenida Presidente Vargas e identificar formações discursivas favoráveis e contrárias aos ambulantes. Por formação discursiva entendemos “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX:1995 *apud* BENETTI: 2008, 112).

A pesquisa pretende construir um quadro de formações discursivas com base nas notícias em análise. Cada formação discursiva será subdividida em *seqüências discursivas*, ou trechos que serão recortados para análise, que reiteram o sentido da FD.



Após identificarmos as FDs e as SDs, partiremos para o que é anterior e exterior ao texto, buscando os discursos que atravessam as notícias (abordando temas como classes sociais, geração de emprego, ordenamento da cidade, identidade, política, etc).

Em um segundo momento, far-se-á o mapeamento das vozes dos discursos presentes nas notícias. Como explica Benetti (2008), o discurso jornalístico é “idealmente polifônico – por ele circulam diversas vozes. De imediato podemos citar como vozes: as fontes, o jornalista-indivíduo que assina o texto, o jornalista-instituição quando o texto não é assinado, o leitor que assina a carta publicada” (Benetti: 2008, 116).

O discurso, assim, é fruto da interação entre sujeitos. É construído dialogicamente e intersubjetivamente. Vale dizer, no entanto, que nem sempre um discurso jornalístico é polifônico, visto que a polifonia não é sinônimo de múltiplas vozes, mas de perspectivas diferentes sobre um mesmo assunto.

Para clarear nosso intento de identificação das vozes, utilizaremos a definição proposta por Ducrot (1987), que estabelece a distinção entre *locutor* e *enunciador*:

Por definição, entendo como locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado (...) o locutor, designado por eu, pode ser distinto do autor empírico do enunciado, de seu produtor – mesmo que as duas personagens coincidam habitualmente no discurso oral (...) (DUCROT, 1987, *apud* BENETTI, 2008, p. 118).

O enunciador, por sua vez, é a “pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos” (DUCROT: 1987, *apud* BENETTI, 2008, p. 119). Assim, se é fácil identificar o locutor do discurso, dadas as marcas de identificação variadas – como a assinatura - mais complexa é a identificação do enunciador, posto que o locutor pode reproduzir o enunciado de uma fonte, sem citá-la. O trabalho precisa ainda identificar os locutores e se estes pertencem a um mesmo enunciador, ou seja, se observam os fatos pelo mesmo ângulo.

JORNALISMO, INTERSUBJETIVIDADE E IDEOLOGIA

No campo do jornalismo, uma discussão recorrente é se a linguagem consegue refletir a realidade, atingindo assim, total objetividade. Tal noção, de inspiração positivista, acreditava em uma separação entre sujeito (jornalista) e objeto (fatos), ou seja, seria possível capturar o real e oferecê-lo ao público com isenção da opinião do jornalista. Esta noção foi difundida pelo jornalismo que se praticava na Inglaterra do século XVII:

O jornalismo inglês cunhou a expressão “o comentário é livre, mas os fatos são sagrados”. Isso significa atribuir à informação (relato de ocorrências) um caráter de neutralidade e de imparcialidade. Se os “fatos são sagrados”, o jornalista não deve interferir na sua apresentação por meio da imprensa, cabendo-lhe o dever de reproduzi-los com fidedignidade, exatidão, precisão. Em outras palavras: suas inclinações pessoais não podem afetar a captação dos fatos e sua posterior narração (MELO, 2006, p. 38).

Debatendo este tema, Isabelle Anchieta (2007) demonstra que o jornalismo está permeado pela subjetividade. As teorias construcionistas do jornalismo, lembra a professora, caminham nesta direção. Elas afirmam que a notícia não reflete a realidade, mas que sua lógica de produção ajuda a construí-la. A linguagem jornalística, assim, não é natural ou idêntica ao real, mas simbólica e cultural.

Alguns fatores estão implícitos no processo de produção da notícia, como, por exemplo, a hierarquização (lead, pirâmide invertida) e seleção (valores-notícia) dos acontecimentos. Esta seleção pode ser subjetiva (gatekeeper) ou organizacional. Além disso, o tempo jornalístico também não coincide com o tempo social. O primeiro possui o chamado *deadline* (prazo final para a notícia ficar pronta).

Anchieta (2007) afirma ainda que o relato jornalístico reproduz o poder ideológico, através das fontes entrevistadas, já que estas possuem interesses políticos e econômicos. A mensagem, assim, não é imparcial.

A autora explica também que o texto noticioso já é mediado pela realidade social, histórica e culturalmente construída. Sendo assim, o relato de um repórter é uma segunda forma de enquadramento. Com base nisso, percebe-se que a subjetividade total no jornalismo – assim como a objetividade pura - não é viável, já que a opinião do profissional não deve brigar com os fatos apurados. Além disso, a imposição de opinião



tem sempre dificuldade em se opor à interpretação que os sujeitos têm da realidade num dado momento histórico.

Mas se é correto dizer que não existe objetividade total no jornalismo e que mesmo os fatos apurados não são sinônimos de fidelidade ao ocorrido, por outro lado não se deve dizer que perseguir a objetividade seja algo ultrapassado na profissão. Vale dizer que a compreensão contemporânea do jornalismo apresenta a intersubjetividade como a única forma de objetividade possível na profissão.

A objetividade, como procedimento, é um método extremamente saudável e ético para a prática jornalística. Assim, não se trata mais de encontrar uma verdade última ou de acreditar que os fatos possuem uma objetividade em si, mas de buscar produzir uma narrativa equilibrada, o que implica: ouvir as várias versões do fato, por diferentes fontes; apresentar a controvérsia; verificar documentos e dados que comprovem ou não o fato; buscar não tomar partido, entre outras condutas técnicas-éticas. Eugênio Bucci define essa objetividade nos procedimentos como sendo uma intersubjetividade. (ANCHIETA, 2007, p. 5).

Outro conceito fundamental para nosso trabalho é o de ideologia. Uma das concepções mais famosas, a de Marx e Engels, a define como uma separação entre a produção de idéias e as condições sociais e históricas em que são produzidas. Helena Brandão (2004) cita a filósofa Marilena Chauí (1980) que argumenta que a ideologia é “um sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras que está separado e independente das condições materiais”. Para os marxistas, assim, a ideologia sempre reflete o modo de pensar da classe dominante.

A ideologia seria um instrumento de dominação de classe. Pois através dela as idéias da burguesia pareceriam ser as idéias de toda a sociedade. Ideologia, portanto, seria ilusão, inversão da realidade, já que mascara as contradições sociais.

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual (MARX e ENGELS, 1965, *apud* BRANDÃO, 2004, p.21).

Se tomarmos o tema de nosso trabalho – a retirada dos vendedores ambulantes da Avenida Presidente Vargas, em Belém – observaremos que outro autor, também de inspiração marxista, Louis Althusser, apresenta uma análise mais complexa a respeito da ideologia que nos ajuda a entender o problema. Ele afirma que a burguesia, para manter sua dominação, gera mecanismos para efetivar sua visão de mundo e interesses, forçando a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração.



Althusser explica que a aceitação da ideologia pelos trabalhadores se dá através dos aparelhos de Estado, que seriam representantes dos interesses burgueses. Ele os define como: ARE (Aparelhos Repressores de Estado - governo, exército, polícia, tribunais, prisões, etc.), que agem, predominantemente, por meio da violência física. Mas há também os AIE (Aparelhos Ideológicos de Estado- a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação) que agem pela ação da ideologia.

Desta maneira, a retirada dos camelôs da Avenida Presidente Vargas, no centro da capital paraense, teve papel ativo dos ARE, já que ali foi utilizada a violência física contra os trabalhadores, por intermédio da Guarda Municipal. Além disso, outra luta, desta vez nos AIE, era travada nos veículos de comunicação da cidade, que concediam espaço para entrevistas com discursos favoráveis e contrários à retirada.

Mas se, como vimos acima, os autores marxistas têm o mérito de nos alertar sobre o aspecto dominador de ideologia, Brandão (2004) lembra que Paul Ricoeur ampliou a compreensão do termo para além de uma questão de classes sociais (burguesia x proletariado).

Para ele, a ideologia deve ser analisada em três instâncias. A primeira seria a sua *Função Geral*, ou seja, mediar a integração social, ou estabelecer a coesão do grupo. Esta se caracteriza por cinco traços: perpetua um ato fundador inicial; é dinâmica e motivadora, pois impulsiona uma práxis social; é simplificadora ou esquemática, se apresentando sob slogans; é operatória e não temática, ou seja, existe sem que o indivíduo a perceba, pois raras vezes o sujeito se dá conta de que uma idéia é ideológica; e, por fim, a ideologia resiste às modificações, afinal rejeita o novo, pois este abala a perfeição da construção ideológica.

As outras funções da ideologia, segundo Ricoeur, são a de *Dominação* e a de *Deformação*. A primeira está ligada ao aspecto hierárquico da organização social, onde a ideologia é utilizada para legitimar uma autoridade. Já a de Deformação é semelhante à noção marxista de ideologia, ou seja, como ilusão para mascarar a exploração social.

Assim, para Ricoeur, ideologia é definida como uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica. Segundo essa visão, não existiria uma só ideologia, como queria Marx, apontando-a como um fenômeno típico das sociedades divididas entre dominadores e dominados, mas sempre à serviço dos primeiros. A ideologia pode ser política, social, religiosa, etc. É inerente ao discurso humano. Assim, não é a derrubada do capitalismo



que vai acabar com a ideologia. O próprio socialismo marxista que pretendia superar a ideologia, hoje é encarado como ideológico.

No caso desta pesquisa, pela ótica de Ricoeur, os próprios trabalhadores informais da Presidente Vargas agiriam de acordo com uma ideologia.

A NOÇÃO DE DISCURSO

Boa parte do trabalho da imprensa se dá no plano lingüístico, ou seja, através da escolha ou omissão de determinadas palavras, expressões, da adequação da linguagem ao público alvo, etc. Mas discutir o jornalismo apenas no plano lingüístico não é suficiente, porque desta maneira nos ateríamos aos textos. Este trabalho, por sua vez, pretende ir além do textual, tentando analisar os sentidos dos discursos jornalísticos ao identificar duas camadas: “a primeira, mais visível, é a camada discursiva; a segunda, só evidente quando aplicamos o método, é a camada ideológica” (BENETTI: 2008, 111).

Fazer Análise do Discurso em jornalismo é pensá-lo em sua dimensão social, daí a importância de discutir o conceito de discurso. Nos basearemos aqui na noção foucaultiana:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2002: 135).

Essa definição nos será útil para identificarmos nos textos jornalísticos selecionados os pólos discursivos antagônicos, a saber, os discursos favoráveis e contrários à retirada dos trabalhadores informais da avenida Presidente Vargas em Belém.

Vale dizer que mesmo no interior de um discurso há diferentes enunciações. Apesar disso, pode-se perceber uma certa regularidade que os agrupa em torno de algo comum. A identificação dessa regularidade resulta no que é chamado de formação discursiva. Sobre este conceito, Foucault nos diz:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre

os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2005, 43).

Essas opiniões que compõem as formações discursivas a serem analisadas carecem de uma interpretação que leve em consideração o lugar de fala dos entrevistados nos textos jornalísticos. Foucault (1969) afirma que:

Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (FOUCAULT: 1969, *apud* BRANDÃO, 34-35).

Ainda neste sentido, Brandão (2004) explica que “o discurso não é atravessado pela unidade do sujeito e sim pela sua dispersão; dispersão decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso”. Citando Foucault (1969), ela diz que “as diversas modalidades de enunciação em lugar de remeter à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão”.

Um outro autor que debate o tema do discurso, mas sob a ótica marxista da luta de classes, é Michel Pêcheux. Ele diz que a língua pode ser o ponto de partida para um discurso de dominação, ou de resistência às classes dominantes.

O sistema da língua é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe. Isso não resulta que eles terão o mesmo *discurso*: a língua aparece como a base comum de processos discursivos diferenciados (PÊCHEUX, 1975 *apud* BRANDÃO: 2004, 41).

Assim, se todos partem de uma língua, as apropriações são diferentes. Pêcheux enfatiza a língua como condição de possibilidade do discurso. Ela é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido.

Pêcheux chama a atenção para o fato de que os protagonistas do discurso não são organismos humanos individuais, mas lugares na estrutura de uma formação social ou instituição. Portanto, ao analisar as entrevistas nos jornais locais tentaremos ver que esses discursos são relações entre “lugares”.

O autor enfatiza ainda a importância das *condições de produção* do discurso, que nas palavras de Brandão (2004) são “a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente”.



Essas condições de produção do discurso, juntamente com as formações discursiva e ideológica, formam uma tríade que dá condições de se fazer uma análise do discurso. Por *formação ideológica* entende-se o conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras (Haroche et al. apud BRANDÃO, 107). Em resumo, pode-se dizer que os discursos são governados por formações ideológicas. Neste trabalho buscaremos rastrear a origem destas formações ideológicas, tanto as dos camelôs e daqueles que os apóiam, como as de seus opositores: Prefeitura de Belém, lojistas do centro comercial, etc.

Por fim, vale destacar a importância das *formações discursivas*, que apresentam lugar central na articulação entre língua e discurso. Estas são aquilo que dentro de uma formação ideológica e em uma relação de classe determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição e conjuntura. As formações discursivas interpelam os sujeitos a concordar ou não sobre o sentido das palavras. Buscam uma homogeneidade discursiva. No entanto, não conseguem esconder as contradições ideológicas, fato que marca o seu caráter de unidade dividida.

Pêcheux, desta maneira, rompe com a noção psicossocial de condições de produção do discurso (então marcada pela circunstância de um ato de comunicação e enquanto lugar de fala). Para ele, uma formação discursiva é dependente da pluralidade contrária de seu interdiscurso, ou seja, da relação de um discurso com outros discursos. Em outras palavras, pode-se dizer que Pêcheux quer mostrar que todo discurso nasce de sua relação com outro discurso, não sendo, portanto, puro. A tarefa da análise do discurso seria, assim, fazer desaparecer e reaparecer as contradições ideológicas das formações discursivas.

Assim, tanto os discursos favoráveis como os contrários à retirada dos trabalhadores informais da Avenida Presidente Vargas, em Belém (PA), podem ter sua pretensão de homogeneidade desconstruída por uma Análise do Discurso.

RESULTADOS ESPERADOS

Como dissemos anteriormente, este artigo refere-se à fase inicial da pesquisa “Prefeitura de Belém x Camelôs na Avenida Presidente Vargas: Análise do Discurso sobre as coberturas dos jornais O Liberal e Diário do Pará”, iniciada no fim de 2010. O



projeto é financiado pelo Núcleo de Pesquisa (NUP) das Faculdades Integradas Ipiranga, em Belém (PA).

A equipe de pesquisadores é formada pelo coordenador, professor mestre Alexandre Sócrates Araujo de Almeida Lins, pela professora especialista Ana Teresa Nascimento de Lima e pela aluna de graduação Dinair Cardoso Neri. Neste momento, os envolvidos no projeto dedicam-se à leitura de bibliografia sobre o método Análise do Discurso.

A próxima fase será marcada pela delimitação mais precisa da amostra de objetos estudados (corpus) da pesquisa. Em seguida identificaremos as formações e seqüências discursivas favoráveis e contrárias aos ambulantes nos jornais.

Esperamos que ao fim desta pesquisa possamos contribuir para um questionamento do conceito de objetividade jornalística através do caso estudado e provocar reflexão sobre a responsabilidade da mídia ao tratar de temas que envolvam problemas sociais (trabalho informal).

Vale ressaltar que este projeto se insere em uma lógica maior, que tem entre suas metas a criação de um grupo de pesquisa em Análise do Discurso no curso de Jornalismo das Faculdades Integradas Ipiranga. Pensamos ser esse o primeiro passo para criar uma equipe capaz de produzir conhecimento na área de Jornalismo. Esta pesquisa, assim, ambiciona fomentar uma cultura de pesquisa no curso de Jornalismo da instituição, criado em 2006.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, Isabelle. A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade. BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. 01, p. 07, 2007.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia e BENETTI, Marcia (org). Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRANDÃO, Helena Hartsue Nagamine. Introdução à análise do discurso. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

DESENHO socioeconômico da população de ambulantes que praticam o comércio informal no Centro Histórico de Belém. Secretaria Municipal de Economia (Secom) e Universidade da Amazônia (Unama), Belém. 2007.



FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução Luiz Baeta. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____ A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. Elementos de lingüística para o texto literário. São Paulo: Martins Fontes, 2001